Educação ambiental e a crítica *Environmental Education and the Criticism* *Educación ambiental y la crítica*

O presente artigo aborda a discussão de um dos últimos paradigmas da modernidade – a educação ambiental e a sustentabilidade da vida. A crise da modernidade é manifestada na visão de mundo reducionista que foi promovida pela ciência cartesiana e determinista. Não há desenvolvimento infinito em um espaço finito.

The present article discusses the debate of one of the last modern's paradigm – the environmental education and the life sustainability. The modernity crisis is felt by the reductionist vision of the world that was promulgated from positivist science. There is no infinit development into the finit space.

El presente artículo si inscribe em la discusión de uno de los últimos paradigmas de la modernidad – la educación ambiental y la sustentabilidad de la vida. La crisis de la modernidad es manifestada gracias a la visión de mundo com reducción, que es fruto de una ciencia cartesiana e determinista. No hay desarrollo infinito dentro de uno espacio finito.

Palavras-chave: modernidade, educação ambiental, crítica, complexidade, sustentabilidade.

Autor:

Prof. Leandro De Martino Mota

Professor da Universidade Estácio de Sá, sociólogo (UERJ) e mestre em sociologia ambiental (UFRRJ).

E-mail: lemamot@bol.com.br

"O comportamento tacanho do homem em face à natureza condiciona o comportamento tacanho dos homens entre si".
Karl Marx (Ideologia Alemã)

Introdução

A educação ambiental é um dos últimos paradigmas produzidos dentro do que se convencionou chamar de *modernidade*. O projeto de modernidade, desde a sua origem, no fim do séc. XIX, até os dias de hoje, é defendido por uns e criticado por outros. Entretanto, atualmente há análises que afirmam que nós vivemos em uma era de declínio social, teórico e político (Leis, 1998). Este declínio pode estar associado ao distanciamento que a política e a ciência estabeleceram com a ética e com a filosofia. É aqui que começam a surgir os modelos insustentáveis de desenvolvimento das cidades.

A educação ambiental é uma manifestação simbólica e, algumas vezes, material, de uma visão de um pensamento que abrange algumas consequências da própria modernidade: riscos, tecnologias, tragédias e farsas. Juntamente com outros debates sobre as formas alternativas de organização social e de movimentos sociais, a educação ambiental tem proporcionado uma infinidade de debates que mostram a importância de se pensar o mundo, e o cosmos, desde a partícula mais micro até a biosfera. Mas, claro: toda esta relação constituída em interface e em interação com o homem e outros tantos seres vivos. Contudo, é preciso que se diga: é importante não reproduzir o que a educação e a ciência tradicionais teimaram em reificar nos tempos modernos; a ilusão, a meu ver, da *separabilidade* e da *especialização* do enfoque cientificista. Assim, a educação ambiental perde o

seu poder de crítica e passa apenas a oferecer a possibilidade dos seres humanos conviverem em harmonia, ou em *equilíbrio homeostático*, com algumas leis clássicas e, algumas vezes, questionáveis, da ecologia e da biologia clássicas. A idéia que insisto é a de que não existe natureza intocada, sem o homem, assim como não existe um homem sequer que não seja natural.

O que está em debate também, quando se discute a existência ou não da modernidade, é a necessidade de uma nova visão de mundo, de um paradigma filosófico e científico que priorize a integração dos sistemas e a complexidade. Já era hora de encerrarmos a longa trajetória da ciência e da visão de mundo deterministas e reducionistas¹, que deixam de fora vários aspectos ou ângulos de uma análise do ambiente, da sociedade ou da história, e que querem dar a entender que são visões de mundo completas e fantásticas.

O compromisso e a relação dos homens com a sua história, além de não serem definidas do jeito que querem, mas de acordo com algumas circunstâncias, como nos ensina Marx, poderíamos acrescentar, é tanto cultural quanto natural. Por isso, não podemos deixar de mencionar que vivemos um momento histórico que, para mim e para outros, pode ser contextualizado não apenas como *pós-modernidade*, mas um momento de crise de todo um paradigma civilizacional da modernidade. Esta crise cobra e sugere um dialética, renegada anteriormente, assim como algumas visões sistêmicas e holísticas, que poderá oferecer, se bem semeadas, os frutos para uma nova mudança: a mudança ambiental e social.

Nessa perspectiva, muitos debates apontam para que, com esta crise de paradigma de modernidade, novas formas de se pensar e agir, em relação ao mundo, ao ambiente, à ciência, ao universo, à nossa rua, sejam reconstruídas. Ou ainda, antigos conceitos que agora são desconstruídos e outros abandonados para serem novamente construídos.

A noção ou o *mito*, dada a sua face mágica, como se tornaram conhecidos, os *modelos de desenvolvimento econômico*, se tornaram tão convincentes, inclusive, ideologicamente, que até a discussão sobre os riscos da sobrevivência dos homens incorporou esta perspectiva. Na minha concepção, esta perspectiva tem

¹ Também conhecidas por "modernas" ou "pós-modernas".

alguns problemas: vivemos há mais de trinta anos sob a égide dos novos desenvolvimentos, o *sustentável* é o mais recente, nascido entre a elaboração do Informe Brundtland e a Eco-92, e não cessaram os problemas sociais e ambientais em todo o mundo.

ANO	ÁREA (Ha) DE COBERTURA FLORESTAL	%DE COBERTURA FLORESTAL NO ESTADO
1500	4.294.000	97
1912	3.585.700	81
1960	1.106.700	25
1978	973.900	22
1985	937.100	21
1990	896.200	20

Fonte: Instituto Estadual de Florestas (IEF), 1994

A tabela traz à tona o modelo de desenvolvimento escolhido social e historicamente para o Rio de Janeiro. O dado digno de nota é que a região modificou apenas em 16% sua paisagem natural, durante 412 anos. E, entre o começo de séc. XX, até pouco mais da metade, quer dizer, em pouco mais de 40 anos, foram exterminadas mais de 56% da cobertura vegetal restante, o que representa uma mudança significativa em relação à paisagem. Neste breve intervalo, em relação à dimensão histórica e ambiental da Mata Atlântica, o território perdeu grande quantidade de áreas de cobertura vegetal, quer dizer, perdeu frutos e vegetais, mecanismos de drenagem e proteção do solo, aumentou o assoreamento e diminuição dos rios, exauriu terrenos, potencializou deslizamentos, enchentes e soterramentos, comprometeu o trabalho e influenciou a iniquidade social. Este é o retrato do desequilíbrio ecológico e humano ocasionados.

Não é possível todos os países assumirem a performance capitalista *fordista* e *fossilista*² de países de "primeiro mundo", pois, assim, seriam necessários cinco planetas Terra (Altvater, 1995). Para se começar a encerrar este breve artigo, neste último século, o século da *economia livre*, que traria a solução para os problemas econômicos e sociais, aumentou drasticamente a pobreza e a degradação ambiental em todo o mundo. O desenvolvimento como o conhecemos é contrário ao meio ambiente e à saúde humana.

Não adianta apenas transformar a produção, que é a base das demais relações sociais, através da implantação de tecnologias limpas³, é preciso repensar e realmente mudar o padrão de consumo exacerbado das sociedades modernas mas, principalmente, às elites e o ao seu padrão de vida correspondente a 2% da população. De qualquer forma, não podemos negar a eficiência energético-ecológica de algumas fontes de energia como a eólica (ventos), que produz a mesma quantidade, ou maior, de energia que uma hidrelétrica, mas sem os prejuízos sociais e ambientais de costume. Porém, o que se verifica é que o Brasil repete o padrão global de degradação ambiental e iniquidade social: 0,8% da população são proprietários de terra que têm juntos mais de 45% do território. Isto quer dizer que os outros 55% do território são divididos por 169 milhões de habitantes, ou, 99,2% da população. Isto quer dizer que os recursos naturais e todos os outros recursos pertencentes ao ambiente, como alimentares, entre muitos outros, são divididos a partir de um padrão desprovido de moral e ética.

Parcela da população (%)	Território (%)
0,8	45
99,2	55

Fonte: WWI, O Estado do Mundo, 2001

Conclusão

As conferências de Estocolmo (1972), Relatório Brundtland (1987), a Agenda 21 (1992), e Rio + 10 (2002), que poderiam realizar a crítica ao modo de produção e ao modelo de desenvolvimento econômico convencional, ainda não nos convenceram em discutir a sociedade integrada ao ambiente, filosoficamente e ecologicamente, e o principal: não romperam com o paradigma insustentável de desenvolvimento econômico. Sem entrar muito em detalhes, o Informe Brundtland chegou a cometer o grave erro em dizer que a pobreza era a principal causa da degradação ambiental. O que nos remete para aqueles que, décadas atrás, diziam que o aumento da população era a principal causa da pobreza e da fome no mundo. Foi preciso muito "esforço sociológico" para esclarecer que a pobreza não podia ser entendida sem as trajetórias individuais e coletivas que levam à exclusão social e à dificuldade dos acessos aos meios e aos recursos. Como diria o mestre Josué de Castro, tecnicamente o mundo não morrerá de fome, pois há recursos abundantes⁴. É preciso ir além, rompendo com esses reducionismos científicos. É preciso dizer quais são as causas da pobreza e da degradação ambiental, como o modo de produção, o *padrão*, o *modelo* político, teórico e econômico das sociedades, a visão cartesiana da ciência e do mundo.

Por que insistimos em utilizar recursos naturais, que já foram abundantes, e, hoje, são escassos pela irracionalidade da utilização? Por que insistimos em uma agricultura cada vez mais química e espoliativa ao solo e à sociedade? A educação ambiental é cada vez mais uma forte expressão ou um sinônimo de uma *cidadania*, emancipadora, subjetiva, que também pode ser sinônimo de uma satisfatória qualidade de vida, no sentido mais abrangente da nossa existência. Não há *democracia* ou cidadania consistentes, que não exerçam esta análise e que consigam efetivar estas transformações. Vamos deixar o desenvolvimento econômico *ad infinitum* de lado e vamos pensar mais na sustentabilidade humana, natural e cultural.

² Em relação à utilização econômica de recursos naturais (energias fósseis).

³ A energia nuclear, ainda que de utilidade científica, possui notória destruição. Ainda assim, há aqueles que a julgam uma energia limpa por não produzir rejeitos; obviamente, eles ficam armazenados... até quando?

⁴ In: Mota, Leandro De Martino. O Social e o Solo: a emergência da desertificação no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro; UFRJ, 2002.

Referências Bibliográficas

- ALTIVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza: partilha e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Edusp, 1995;
DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: EDUSP, 1998;
MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996;
MOTA, Leandro De M. *O Social e o Solo: a emergência da desertificação no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro – Itaperuna e região*. Tese de mestrado defendida em 4/2002, no CPDA/UFRJ.
LEIS, H. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade moderna*. Florianópolis: EdUESC, 1998.
PÁDUA, J. A. *Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário*. PBSD. FASE. Rio de Janeiro, 1999
WWI – World Watch Institute. *O Estado do Mundo 2001*. UMA, Universidade da Mata Atlântica, Salvador, BA.

Artigo enviado em 20/03/2003, aceito em 10/06/2003.